

A INFLUÊNCIA DA ESTRUTURA PATRIARCAL NA CONSTRUÇÃO DA EMANCIPAÇÃO FEMININA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Geisa Ferreira Pereira¹

Lorena Ingrid Conceição Veridiano²

Verena Machado Eliotério³

Caroline Ramos do Carmo de Souza⁴

RESUMO

O objetivo deste estudo é fazer uma breve reflexão sobre o papel da mulher na sociedade e a influência do patriarcado sobre suas ações. Desta, forma será realizada uma pesquisa bibliográfica de natureza exploratória e descritiva, com caráter qualitativo. Para tanto, sustenta-se nas epistemologias e estudos feministas. Nesse artigo considera como patriarcado, o sistema que utiliza da autoridade e/ou dominação imposta pelo homem sobre a mulher. Ressaltamos aqui que desde a Roma antiga o patriarca é considerado o superior em relação à sua esposa e aos seus filhos, enquanto a sua mulher assumia um papel secundário na sociedade. Percebe-se aí que os traços culturais de sociedades tradicionais ainda perduram, o que não teria problema se servissem para fortalecer vínculos e ampliar direitos, porém em alguns contextos ocidentais, como a realidade brasileira, tais inflexões têm reproduzido aspectos que reforçam traços de subalternidade de um sexo em relação ao outro, que por vezes coloca a mulher como incapaz para assumir novos espaços em busca de uma provável emancipação, sendo este o debate que será aqui apresentado.

Palavras- chave: Mulher. Patriarcado. Sociedade Contemporânea.

1. INTRODUÇÃO

Mesmo com os avanços do século XXI e direitos adquiridos após muitas lutas, as mulheres conquistaram a possibilidade de vivenciar também a vida profissional. Porém, o patriarcado ainda tem muita influência na sociedade e, ainda destina às mulheres “papéis” vinculados ao ambiente privado como os afazeres domésticos e os cuidados com a educação dos filhos.

¹ Graduanda em Serviço Social (UCSal), geisa.pereira@ucsal.edu.br

² Graduanda em Serviço Social (UCSal), lorena.veridiano@ucsal.edu.br

³ Graduanda em Serviço Social (UCSal), verena.elioterio@ucsal.edu.br

⁴ Docente da Escola de Serviço Social (UCSal), Doutoranda em Estudos de Gênero, Mulher e Feminismo (UFBA), caroline.carmo@ucsal.br



Percepções como essas, reforçam que as mulheres ainda permanecem sendo visualizadas e tratadas como subordinadas, frágeis ou como objeto de pertencimento do homem, pois numa sociedade patriarcal, a mulher não tem um papel social público definido, dedicando-se exclusivamente ao espaço privado, à família e conseqüentemente é tratada como um ser secundário na sociedade e/ou subordinada à figura do homem (pai, marido, filhos ou outro).

Em diversos momentos, é sequer citada, sendo percebida como “o outro”, já mencionado por Simone de Beauvoir (1980), em seu livro o segundo sexo, ao pensar que, homem vai aparecer como categoria universal para referir-se aos seres humanos, o que até meados do século XX não aparecia como problema, pois a ciência era eminentemente pensada por homens, que não tinham a consciência de dar voz e visibilidade as mulheres, considerando que a sociedade não é homogênea. Aí a mulher vai aparecer como “desviante” ou como “o outro”.

Recentemente a estadunidense Patricia Hill Collins (2016), recoloca a definição de Simone de Beauvoir (1980), com um reforço de que, quando nos reportamos à mulher negra, em países cujos traços da colonização, resquícios da escravidão e racismo se fazem presentes, estamos falando “do outro, do outro”. Discussão que será posicionada por Grada Kilomba (2008).

Nesse esquema, a mulher negra só pode ser o outro, e nunca si mesma. [...] Mulheres brancas tem um oscilante status, enquanto si mesmas e enquanto o “outro” do homem branco, pois são brancas, mas não homens; homens negros exercem a função de oponentes dos homens brancos, por serem possíveis competidores na conquista das mulheres brancas, pois são homens, mas não brancos; mulheres negras, entretanto, não são nem brancas, nem homens, e exercem a função de o “outro” do outro. (KILOMBA, 2008)

Aqui, percebemos um olhar mais amplo, trazendo como enfoque que numa sociedade que considera a mulher como um ser secundário, ou como o outro, destinará à mulher negra, formas ainda mais vulneráveis como “o outro do outro”.

Assim, ainda que com avanços visíveis, as desigualdades entre mulheres e homens ainda são perceptíveis nas responsabilidades atribuídas, nas atividades

desenvolvidas, no acesso e controle sobre os recursos e na tomada de decisão. No âmbito familiar é onde menos se avançou. Há uma tendência universal de atribuir aos homens o espaço da esfera pública e a mulher a esfera privada ou doméstica.

Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, no Brasil, em 2016, as mulheres dedicaram aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos, cerca de 73% a mais de horas do que os homens (18,1 horas contra 10,5 horas). Ao desagregar por região, verifica-se que a maior desigualdade na distribuição de horas dedicadas a estas atividades está na Região Nordeste, onde as mulheres dedicam cerca de 80% a mais de horas do que os homens, alcançando 19 horas semanais.

Esses dados evidenciam o quanto ainda é utópico a inserção em condições equânimes e o reconhecimento da mulher na sociedade atual. Considerando essas prerrogativas, esse artigo será desenvolvido em três seções. Na primeira realizamos um breve histórico sobre a participação da mulher nos diversos espaços sociais, para tentar compreender as reproduções ainda vigentes na sociedade contemporânea, em seguida, faz-se uma discussão sobre o patriarcado e sua influência no cotidiano de homens e mulheres, por fim, empreende-se uma reflexão sobre os enfrentamentos realizados na contemporaneidade para superar os traços de desigualdade ainda presentes.

2. COMPREENDENDO A MULHER NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: BREVE ANÁLISE HISTÓRICA

Durante toda a história as relações entre seres humanos na sociedade são desiguais, a partir do momento que o homem começou a produzir os seus alimentos entre 8.000 a 4.000 anos atrás o período neolítico que começou a divisão dos papéis entre o homem e a mulher, na sociedade agrícolas já havia a divisão sexual do trabalho tendo como uma das características o fato da mulher gerar o filho e amamentá-lo, desenvolvendo a questão do cuidar como sendo papel da mulher.

A colonização europeia no Brasil, impôs uma nova cultura com organizações e regras até então desconhecidas para a população que aqui já habitava, inclusive para as mulheres. Aos poucos o sexo feminino foi perdendo sua autonomia no

Brasil, sendo imposto, por exemplo, para a mulheres o confinamento caseiro, novas maneiras de comportamento em público, divergente da cultura tradicional, inclusive como deveria andar e para onde olhar, comuns às sociedades patriarcais europeias.

As sociedades patriarcais surgem na fase pré capitalista quando a mulher é considerada como mais frágil e incapaz para assumir a direção e chefia do grupo familiar e o homem associado à ideia de comando, e aquele que pode assumir o poder na sociedade. Assim, surgiram as sociedades patriarcais, fundadas no poder do homem - chefe de família.

Nesse contexto, inclusive a sexualidade da mulher foi sendo cada vez mais submetida aos interesses do homem, numa cultura patriarcal, a mulher é percebida como ser do homem, como forma dele perpetuar-se através da descendência. Aí, a função da mulher vai sendo restrita ao mundo doméstico e submissa ao homem. Para a tradição marxista, nas palavras de Engels (1984, p. 182)

a emancipação da mulher, sua igualdade de condições com o homem é, e continuará impossível enquanto a mulher for excluída do trabalho social produtivo e tiver de limitar-se o trabalho privado doméstico. Para que a emancipação se torne factível é preciso, antes de tudo, que a mulher possa participar da produção em larga escala social e que o trabalho doméstico não a ocupe além de uma medida insignificante.

As sociedades patriarcais permaneceram ao longo dos tempos, mesmo na sociedade industrial, como reforça o autor acima. Porém, nas sociedades industriais o mundo do trabalho se divide, em partes, do mundo doméstico. Permanece o poder patriarcal na família, mas a mulher das camadas populares será também submetida ao trabalho fabril, ainda que em condições precárias de trabalho.

A revolução industrial incorporou o trabalho da mulher no mundo da fábrica associado ao trabalho doméstico. Ao ser incorporada ao mundo fabril a mulher passou a ter uma tripla jornada de trabalho, a ela cabia cuidar de seus filhos, dos afazeres domésticos e também do trabalho remunerado.

Em fases de ampliação da produção se incorporava a mão de obra feminina junto à masculina, nas fases de crise substitui-se o trabalho masculino pelo trabalho da mulher, porque o trabalho da mulher era mais barato. Assim, as lutas entre homens e mulheres trabalhadoras estarão presentes em toda a revolução industrial

e a questão de gênero, irá se colocar como um ponto de impasse para a tomada de consciência da classe trabalhadora, em virtude da emergência das lutas específicas das mulheres por melhores condições de vida e trabalho. Já no século XIX havia movimento de mulheres reivindicando direitos trabalhistas, igualdade de jornada de trabalho para homens e mulheres e o direito de voto.

Porém será o século XX, responsável por um espaço fértil à construção acadêmica de mulheres que passam a buscar novos espaços para as mulheres, questionar os existentes e teorizar sobre os mesmos. “A sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem” (SAFFIOTI, 1987, p.08)

No século XX as mulheres começaram uma luta organizada em defesa de seus direitos, contra as formas de opressão e sobre a estrutura social a que eram submetidas, essas organizações seriam denominadas de feminismo.

Nessa construção histórica, foi apenas em 1932 que as mulheres brasileiras puderam votar efetivamente. Esta restrição ao voto e à participação feminina no parlamento brasileiro seria consequência do predomínio de uma organização social patriarcal, na qual a figura feminina estava sempre em segundo plano.

Entre os anos 1950 e 1970, ainda que num contexto de pouco investimento democrático, surgem movimentos sindicais que passam a incorporar lutas dos movimentos feministas no Brasil. Com a participação das mulheres, o movimento sindical começou a incorporar algumas lutas pelos direitos das mesmas. Na década de 1980, com o surgimento da Central Única dos Trabalhadores - CUT, a bandeira das mulheres ganhou mais visibilidade dentro do movimento sindical, quando surgiu na década de 1980 a Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora, na CUT.

A luta pela democratização das relações de gênero persistiu e com a Constituição Federal de 1988 a mulher conquistou a igualdade jurídica. O homem deixou de ser o chefe da família, devendo a mulher ser considerada um ser tão capaz quanto o homem, contudo as alterações legais, não foram capazes de mobilizar alterações culturais, e, até o momento a igualdade é uma meta a ser alcançada por homens e mulheres nessa sociedade de tradição patriarcal.

3. A MULHER NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA E O ENFRENTAMENTO AO PATRIARCADO

Apesar dos progressos significativos na sociedade, são poucos os homens que assumem a responsabilidade com a divisão da vida familiar, das tarefas da casa e dos filhos, pois a visão tradicional e patriarcal da família ainda persiste. O controle sobre a mulher e a desvalorização feminina proveniente de uma cultura que naturaliza papéis masculinos e femininos, auxilia inclusive na justificativa do retardo para desconstrução de aspectos que por muitas vezes apresenta as mulheres como mercadoria e/ou incapazes de realizarem qualquer atividade diferente das atribuídas no ambiente doméstico.

Na história ocidental da conjugalidade, as tradições relacionadas ao casamento obedeciam à ideologia patriarcal de controle dos corpos e definição das identidades sociais que classificavam a mulher como inferior ao homem, dessa forma, naturalizando os lugares dos cônjuges, cabendo à mulher a obediência ao marido e os cuidados relacionados ao lar e à maternidade (SILVA, 2017, p.7).

Para além de lutar contra uma sociedade de cultura patriarcal, surgem também os obstáculos no intuito da emancipação feminina, como exemplo da inserção no mercado de trabalho, as funções de zelo a família e serviços domésticos, das responsabilidades e horários do trabalho, da dedicação com a estética numa sociedade baseada em aparências, dos cuidados com a saúde e bem estar, entre outras responsabilidades (Schmitt, 2016) estarão simultaneamente conjugados.

E assim as mulheres sucessivamente alcançavam mais atribuições mantendo jornadas exaustivas na tentativa de superar e eliminar a diminuição das mesmas perante a sociedade, na busca dos seus direitos, contra a opressão para exercer devidamente seu papel social com reconhecimento.

Devido a isto, a cada dia a mulher conquista o seu espaço na sociedade e os homens se defrontam com a presença feminina nos locais públicos, que muitas vezes assumem postos e cargos altos. Algo ainda não compreendido por muitos homens e, assim, manifesta-se a intensa rivalidade entre os gêneros, como se a

inserção das mulheres em outros espaços, para além do doméstico, fosse uma ameaçada aos homens. Por esse motivo, afirmamos que a cultural patriarcal e machista acomete homens e mulheres resistentes à modernidade.

Para homens e mulheres se libertarem, desse sistema machista e patriarcal, precisam compreender a importância da garantia dos direitos, defesa da igualdade, da autonomia, justiça econômica e social, como uma defesa coletiva e organizada de diversos movimentos sociais.

Os avanços são significativos no que tange ao protagonismo feminino no espaço público/ privado, mas ainda há resquícios das bases alicerçadas na construção do modelo de sociedade atual, machista patriarcal, que resiste aos tempos e perduram na contemporaneidade.

A luta das mulheres, aos entraves das bases que se consolidaram no Brasil, são indissociáveis do racismo e do capitalismo que demonstram a capacidade, de ressignificação ao longo da história e se perpetuar através dos tempos, subjugando assim, a mulher de maneira camuflada, imperceptível “a olho nu” sendo necessário uma concepção crítica para identificar o plano de fundo machista e autoritário nas falas e ações que perpassam as questões de gênero, raça e etnia.

Para os fundamentos predominantes ao longo da história do Brasil, a posição da mulher na sociedade, desde a sua criação, deve ser de auxiliadora, adjutora, atrelando a submissão de suas ações, escolhas, comportamentos e desejos à figura masculina, como predestinação do divino. E, ainda hoje homens e mulheres entendem como o papel atribuído a mulher, o cuidado, a submissão ao homem e os desígnios de suas ações devem ser complementar aos mesmos.

Essas são questões que permeiam os pensamentos conservadores de homens e mulheres que reproduzem o machismo no seu cotidiano, sem refletir as questões que acorrentam tais pensamentos.

Tanto no Brasil como no mundo, o movimento feminista vem tomando proporções significativas de forma quantitativa, gradativa e processual para a desconstrução histórica e cultural do patriarcado. Pois, para além de equidade de gênero, as mulheres exigem o direito de liberdade, o direito de falar e serem ouvidas em determinados espaços públicos/privados, contra qualquer forma de opressão

social que padroniza uma adequação comportamental, como também para assumir lideranças sem sofrer discriminação por ser mulher.

Outras possibilidades se colocam em cena, como atuar nos espaços políticos sem discriminação, acessar espaços que são destinados aos homens e exercer funções que antes eram atribuídas apenas a eles, sem serem diminuídas por serem mulheres e escolherem o que se é melhor para si, sem interferência da figura masculina em suas decisões. Atualmente, é comum vermos mulheres, protagonizando e compondo espaços, que antes pertenciam apenas aos homens, desempenhando as mesmas atividades e ocupando os mesmos cargos, todavia, ainda com menores remunerações, por conta do seu sexo.

Ainda existem cobranças exacerbadas à figura da mulher, em nossos dias, como se preciso fosse provar ao mundo a capacidade de desempenhar atividades cotidianas tão bem quanto os homens, em uma sociedade onde se disseminam ideias da família tradicional nuclear, como se a completude das mulheres estivesse, por exemplo, centrada no casamento e na maternidade, no cuidado da sua casa e empenho para o sucesso do seu marido e filhas/os.

O imaginário cultural ainda reforça a ideia de que a atuação feminina na sociedade é limitada pela barreira do retrocesso histórico, bem como outras ideias absurdas, como a natureza feminina com o, ser mãe gentil ou a concepção de que “Amélia que era mulher de verdade.”

Outro traço presente é a coisificação e objetificação do corpo feminino como designo de satisfação do prazer do homem e da dominação masculina que persiste desde o período de colonial num contexto brasileiro escravocrata, como a apropriação do corpo de indígenas e africanas. Vem desse momento a perpetuação da cultura do estupro, da coerção à mulher, do abuso da força, da violência e o abuso sexual, todas essas são questões, que apesar dos tempos ainda permeiam a sociedade atual.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da explanação das problemáticas apresentadas, no que concerne a influência da estruturação patriarcal no processo de emancipação feminina, propôs-

se o referido artigo, por compreender a importância para se fomentar discussões sobre a mulher na contemporaneidade, seus embates e enfrentamentos ao patriarcado, autoritarismo e machismo que compõe as bases da sociedade atual. Apesar dos significativos avanços, ainda, percebe-se a necessidade de aprofundar o conhecimento, questionar as imposições conservadoras e principalmente apropriar-se de discursos que fomentem a participação feminina nos espaços públicos como também nos espaços privados.

Considera-se a necessidade de refletir sobre o que aparece como uma imposição deliberada do que é ou não papel da mulher, e, como essas construções são vivenciadas no modelo de sociedade patriarcal, que foram vivenciados em várias sociedades, nas mais tradicionais à contemporânea.

A certeza que se tem é que homens e mulheres permanecem aprisionados aos estereótipos que são social e culturalmente construídos, e quando fogem aos padrões previamente estabelecidos são marginalizados em diversos espaços.

Esse artigo elucidava, portanto, a necessidade de realizar tais reflexões, a fim de contribuir para a emancipação feminina na sociedade atual, pois pensar em outros comportamentos em sociedade é, também refletir sobre as possibilidades de construção de uma nova ordem que compreenda as diferenças e aprenda com elas para respeitá-las, mas, sobretudo, auxilie na constituição de homens e mulheres, brancos/as, negros/as e indígenas, cujas diferenças não sejam problemas, mas componham um tecido histórico responsável pela constituição de uma sociedade mais justa e equânime.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo sexo** – fatos e mitos, trad. Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1980.

C.V, N.F. e T. M. **Reação Patriarcal Contra A Vida Das Mulheres Debates Feministas Sobre Conservadorismo, Corpo E Trabalho**. São Paulo, dezembro de 2016. Disponível em: <[https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/centrocultural/Cartilha-Sof\(1\).pdf](https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/centrocultural/Cartilha-Sof(1).pdf)> Acesso 20 jun 2019.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. In: **Revista Sociedade e Estado** – Volume 31 Número 1 Janeiro/Abril 2016. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00099.pdf> >. Acesso 10 jun 2019.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1984.

FERREIRA, F. D. F. **O patriarcado e sua influência nos papéis sexuais: uma abordagem acerca da mulher “bela, recatada e do lar.** Disponível em: <[https://editorarealize.com.br/revistas/conages/trabalhos/TRABALHO_EV053_MD1_SA2_ID1327_30042016121017 .pdf](https://editorarealize.com.br/revistas/conages/trabalhos/TRABALHO_EV053_MD1_SA2_ID1327_30042016121017.pdf)> Acesso em: 17 maio 2019.

KAROLINE, A. **O papel da mulher na sociedade.** Disponível em <<http://obviousmag.org/amarse/2015/o-papel-da-mulher-na-sociedade.html>> Acesso 17 maio 2019.

KILOMBA, Grada. **Plantation memories: episodes of everyday racism.** Münster: Unrast, 2008.

SHIMITT, N.G. A influência da cultura patriarcal na produção de violências e na construção das desigualdades entre homens e mulheres: um olhar dos profissionais que atuam na rede de proteção social no município de Araranguá/SC. **Artigo apresentado como trabalho de conclusão do curso de pós-graduação em Educação e Direitos Humanos:** escola, violências e defesa de direitos. Universidade do Sul de Santa Catarina. Orientador: Profª Maria de Lourdes da Silva Leite Basto, Mestre. UNISUL, Araranguá, 2016.

SILVA, I.P.A.da. **Reflexões sobre família, conjugalidade e patriarcado.** Seminário Internacional Fazendo Gênero 11& 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.